



“Tiné”, na foto, chegou a ser apontado como “informador”

## Caso Noite Branca

# PJ queima “informador”

Francisco Mendonça

Na última sessão do julgamento dos suspeitos do homicídio do empresário Aurélio Palha, um inspector-chefe da Polícia Judiciária revelou a identidade de uma fonte, para assim provar o envolvimento dos arguidos no homicídio. O visado nega, mas da fama já ninguém o livra...

O segundo julgamento extraído do mega processo “Noite Branca” relativo ao homicídio do empresário da noite nortenha Aurélio Palha, não tem corrido da melhor forma para a acusação.

Se, da primeira, no julgamento dos autores da morte do segurança Ilídio Correia, os investigadores conseguiram provar em tribunal o envolvimento de quatro dos cinco arguidos, conseguindo penas a rondar os vinte cinco anos de cadeia, desta vez a tarefa parece complicar-se a cada sessão.

A acusação partia para o julgamento convicta de que tinha em seu poder provas suficientes para assegurar a condenação dos arguidos. Porém, logo na primeira sessão foi anulado um testemunho chave, o do segurança Alberto Ferreira mais conhecido por “Berto maluco”, que estava presente no local do crime ao lado do malogrado patrão.

“Berto maluco” tinha identificado várias pessoas como tendo participado no ataque, mas à medida que a investigação evoluía, os inspectores depararam-se com algumas falhas na identificação da testemunha. Para que não

houvesse contraditório e assim suscitar a dúvida, a acusação prescindiu deste depoimento, agarrando-se a um outro mais ressentido que lhes dava garantias de sucesso em tribunal.

O problema surge quando esta nova testemunha, primo do arguido Bruno “Pidá”, decide “virar o bico ao prego” numa sessão do julgamento e desmentir o que tinha dito em depoimento à Polícia Judiciária.

Manuel Rodrigues, a quem cabia chefiar a investigação, viu-se ‘encurralado’ em tribunal e, na eventualidade do seu relato dos acontecimentos ser posto em causa, não teve dúvidas e revelou a fonte que o levou a acusar os arguidos como co-autores na morte de Aurélio Palha.

As opiniões dividem-se acerca da opção do inspector-chefe em revelar a sua fonte, para mais porque o visado, “Beckham”, é um dos elementos do grupo que agora está a ser julgado e também ele condenado pelo homicídio do segurança Ilídio Correia a 23 anos de prisão.

Aguarda-se com expectativa a presença de Fernando Martins na próxima

sessão do julgamento, mas tudo indica que “Beckham” irá desmentir, também ele, o depoimento do inspector-chefe da Polícia Judiciária.

Fernando Martins a cumprir pena no estabelecimento prisional de Paços de Ferreira, foi entretanto transferido para a prisão de Coimbra, acautelando-se assim de algum acto de vingança. Com esta exposição quem respirou de alívio foi outro condenado no mesmo processo. Ângelo Ferreira mais conhecido como “Tiné”, condenado a 21 anos de cadeia, era falado como sendo ele o autor de alguma denúncia, mas nada melhor do que o tempo para se saber a verdade...

De relembrar que “Tiné” era o arguido com menos provas contra si. Do total das cinco testemunhas oculares do homicídio de Ilídio Correia, apenas uma o identificou e por mais incrível que possa parecer a testemunha que o identificou estava de costa. “Tiné” decidiu não falar, cumpre 21 anos de cadeia no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira e era tido, até à passada semana, pelo menos nos círculos familiares dos restantes arguidos, como a pessoa que passou informação aos investigadores, o que se veio a revelar agora ser mentira.

### Penas aplicadas

No primeiro julgamento relacionado com o processo “Noite Branca”, Bruno “Pidá” foi condenado a 24 anos de cadeia, Fernando “Beckham” a 23 e Mauro Santos e Angelo “Tiné” a 21. Agora, caso sejam condenados por mais este homicídio arriscam penas idênticas, embora pouco acrescentem ao tempo efectivo que vão cumprir de cadeia, devido à limitação do cúmulo jurídico.



## Zona de segurança

Pedro Magrinho\*

### O “papel” das Polícias num Estado de direito democrático...

As Polícias em Portugal, ao longo da última década têm vindo a perder a confiança das populações, a perder operacionalidade e eficácia. Tudo isto deve-se, exclusivamente, à sua politização imposta por parte dos partidos políticos que governam. Os cargos de chefia passaram a ser lugares de confiança política, ou, não o sendo, são indicados ou propostos por “sociedades secretas”.

As forças de segurança assumem-se como um dos pilares fundamentais de um Estado de direito democrático, isto porque, e no esteio do preceito constitucional “A polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”. É consabido que as polícias, num conceito lato, poderiam simplificar a sua actuação apenas na vertente de deter criminosos, mas para que tenham a importância que lhes é devida num Estado, é deveras importante que participem na “construção” da população e do país, porque são as polícias os guardiões dos Direitos, Liberdades e Garantias individuais, devendo ser contrariados os princípios de responsabilidade das polícias que vigoraram no século XX, onde esta responsabilidade era garantir, unicamente, a protecção do Estado e dos seus governantes.

As polícias têm de ser instituições susceptíveis de mutações, tendo em vista um novo paradigma no trato entre pares e para com a sociedade, para que possa ser vista, efectivamente, como uma das partes da construção de uma democracia. Não basta ter uma polícia moderna, com os melhores equipamentos e nomes pomposos para programas de policiamento, se as mentalidades de comando são retrógradas, criam distanciamento entre as várias categorias de profissionais e facturam as estruturas. Em pleno século XXI, assistimos diariamente impávidos e serenos, a notícias que colocam em causa as forças de segurança, quer sejam elas provenientes de decisões políticas, de decisões da própria hierarquia ou mesmo decisões judiciais. Estas não são mais as forças de segurança de outrora e aquela “força” que todos estávamos habituados a associar às polícias, perdeu-se... perdendo-se assim, também o respeito. Portugal está na eminência de grandes convulsões sociais. 2012, será um grande teste às forças de segurança, concretamente da PSP e GNR, mas não nos podemos esquecer que, as contenções orçamentais e reduções de salários, começaram como sempre começam, pelos profissionais das polícias, é caso para perguntar se o Estado reconhece a sua verdadeira importância?

Há uns dias atrás, num canal televisivo, acompanhava uma reportagem sobre as manifestações na Grécia e os confrontos com as forças policiais, donde se evidenciou o comentário do jornalista referindo-se aos polícias como sendo “os únicos funcionários públicos que não sofreram cortes salariais”, e isto é sem dúvida motivo para reflexão não só do poder político, mas também de toda a sociedade civil, uma vez que na eventualidade de um cenário semelhante em Portugal, não temos policiais suficientemente motivados para garantir a segurança interna como noutros tempos. Sim, porque os polícias nunca se deixarão de preocupar com a segurança dos cidadãos, e em garantir a segurança interna, uma vez que será impossível de todo combater “ilegalidade democrática”, isto porque, a par dos militares, foram os únicos que fizeram o juramento de, se necessário, “darem a própria vida”, situação ímpar na Função Pública.

\*Presidente da Fenpol/Federação Nacional dos Sindicatos de Polícia